



RESUMO EXPANDIDO SUBMETIDO AO XXVI ENID - 2024 - UFPB INTRODUÇÃO A QUE DIREITO? SISTEMATIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR DA MONITORIA DE INTRODUÇÃO AO DIREITO II EM CONJUNTO COM O CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DOM OSCAR ROMERO EM SANTA RITA-PB

Maykon Costa Serrão;
Jamila Leal Tavares da Silva;
Hugo Belarmino de Moraes;

Programa de Monitoria

CCJ - Centro de Ciências Jurídicas Campus I - João Pessoa

INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a experiência pedagógica da monitoria nos semestres letivos 2023.2 e 2024.1, realizada na disciplina Introdução ao Direito II do Departamento de Ciências Jurídicas - UFPB, ministrada pelo Professor Hugo Belarmino de Moraes. A monitoria buscou integrar ensino, pesquisa e extensão a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, aprofundando a importância desse entrelaçamento de conhecimentos entre a universidade e os/as sujeitos/as da sociedade civil em geral, possibilitando inovações tecnológicas em relação às interfaces técnico-jurídicas, jurídico-institucionais, pedagógicas e/ou sociojurídicas, interligando o tripé acadêmico.

Ao acompanhar as atividades desenvolvidas na disciplina, a monitoria incentivou os discentes a identificar novas possibilidades de atuação jurídico-política a partir dos processos de lutas daqueles que se mobilizam frente às vulnerabilidades impostas. Objetivamos apresentar o desenvolvimento das atividades pedagógicas em conjunto com a disciplina de Direitos Humanos (ministrada pela professora Ludmila Correia) e em parceria com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Oscar Romero (CEDHOR), uma das principais organizações de direitos humanos de Santa Rita.

Nesta experiência integrada, os discentes puderam acessar territórios para além das salas de aula, tendo a possibilidade de vivenciar a diversidade de novos saberes, compartilhar pesquisas e aprender sobre a matriz curricular, desenvolvendo conhecimentos com grupos vulneráveis no contexto social, fazendo dessa ação um empenho para a práxis, buscando um diálogo horizontal a construção de um conhecimento crítico e libertador para os envolvidos (FREIRE, 1968).

METODOLOGIA

A metodologia é pautada numa práxis crítica e na sistematização de experiências (Holliday, 2006). Assim, os alunos podem experimentar a relação entre ensino, pesquisa e extensão com reflexões em teorias pautadas na interseccionalidade, interdisciplinaridade e decolonialidade, visando que os discentes possam compreender que os direitos humanos "são processos, ou seja, o resultado sempre provisório das

lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida.” (Flores, 2009, p. 28). Nesse sentido, foram disponibilizados materiais didáticos de autores que estejam alinhados com essas teorias, contribuindo com o enriquecimento teórico dos estudantes.

Destaca-se a realização de um planejamento conjunto para que os alunos fossem divididos em grupos, e cada grupo ficou designado para uma atividade externa, que sempre estava intermediado pelo CEDHOR. Assim, organizou-se o contato dos discentes com: a comunidade tradicional de Canaã, membros da Pastoral Carcerária (nas dependências do CEDHOR) e lideranças estudantis de escolas públicas. Outros dois grupos elaboraram, a pedido do CEDHOR, cartas-compromisso aos candidatos a prefeito de Santa Rita.

Dessa maneira, produz-se novas possibilidades de inovações na relação entre a universidade e a sociedade civil quebrando alguns paradigmas e atentando-se ao que traz a autora nigeriana Chimamanda Adichie: “A história única cria estereótipos, e o problema com os estereótipos não é que sejam mentira, mas que são incompletos.” (Adichie, 2009).

Assim, essas atividades proporcionaram às/aos estudantes o conhecimento sobre ações de mobilização jurídico-política para a garantia e defesa dos direitos humanos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da interação dos estudantes com o CEDHOR, que tem como pauta principal a defesa dos direitos humanos, eles puderam ampliar os saberes que refletem os espaços da cidade na perspectiva dos mais vulnerabilizados. Essa ação, aliando ensino, pesquisa e extensão, parte do pressuposto que é preciso ter o contato com a realidade concreta para se pensar o lugar em que se pisa, fazendo da educação jurídica um espaço não só para estudo normativo, mas como possibilidades de transformação social. Assim, nota-se que o lugar experienciado é fundamental para a construção de conhecimentos que vai do individual ao coletivo e que se faz dentro das relações sociais.

Com essas reflexões os estudantes puderam elaborar como produtos intencionais da disciplina vários relatórios de sistematização de cada atividade desenvolvida, assim como também fizeram um texto dissertativo que pudesse contribuir na melhor atuação do próprio CEDHOR, a partir das seguintes provocações: “Como a equipe pode contribuir com o trabalho realizado pelo CEDHOR de acordo com a atividade de que participou?” e “Quais os possíveis desdobramentos da atividade vivenciada?”.

Nota-se que essas atividades são formas de estimular que os alunos possam relacionar os aprendizados a partir da diversidade e do compartilhamento de saberes; essas são atividades que tentam fugir da lógica colonial/bancária, que dispõe dos alunos como meros depositários dos conhecimentos do professor.

Assim, a relação entre professor, monitor, alunos e agentes externos cria novas possibilidades para que as atividades dos alunos contribuam para as mudanças na realidade das cidades em que cada indivíduo está inserido. Essa interação proporciona um ambiente propício para a transformação social e a construção de inovações na relação entre a universidade e outros agentes fora dela, dentro de uma perspectiva de garantia dos direitos humanos em Santa Rita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se portanto que o projeto de monitoria buscou contribuir na construção de novas perspectivas que estejam interligadas com a defesa dos direitos fundamentais, partindo do pressuposto que essa construção faz-se com uma relação horizontal entre universidade e organizações não governamentais que tenham esse tema como pauta principal.

Nesse sentido, os estudantes têm a possibilidade de acessar outros espaços que estão para além da sala de aula, visando ações alinhadas na construção de novos conhecimentos que possam pensar/repensar a cidade a partir dos sujeitos postos em situação de vulnerabilidade.

Assim, o projeto de monitoria alcançou seus objetivos nos dois semestres em que foi desenvolvido, com a sistematização de experiências que foram entregues na forma de relatórios para o CEDHOR, na busca que tais materiais sejam úteis para as lutas por direito e para a garantia da possibilidade de vida digna para aqueles que são colocados à margem da sociedade.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

FLORES, J. H. Direitos Humanos, Interculturalidade e Racionalidade de Resistência: Estudos Jurídicos e Políticos. Sequência, Florianópolis, v. 23, n. 44, p. 9-29, 2002. Semestral.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

HOLLIDAY, O. J. Para sistematizar experiências. Brasília: MMA, 2006.